

XVIII Encontro Científico de Ciências Sociais Aplicadas

ÉTICA NA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

de 17 a 19 de novembro de 2025



IMPLEMENTAÇÃO DE PRÁTICAS DE ESG EM PEQUENOS NEGÓCIOS

Julia Zanetti

Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)
E-mail: julia.zanetti@unioeste.br

Julia Adrieli Muller

Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)
E-mail: juliamuller95546@gmail.com

Rodrigo Luiz Glesse

Professor do Curso de Ciências Contábeis
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)
E-mail: rodrigo.glesse@unioeste.br

RESUMO: Este estudo analisou como pequenos negócios do setor alimentício podem incorporar práticas de ESG (Environmental, Social and Governance) de maneira prática e adaptada à sua realidade. A pesquisa foi conduzida com base em três restaurantes do interior do Paraná, utilizando entrevistas semiestruturadas e observação direta para compreender o cotidiano gerencial e as ações relacionadas à sustentabilidade. A análise revelou que, embora existam iniciativas voltadas ao meio ambiente, à gestão de pessoas e à organização administrativa, elas ainda não seguem um padrão estruturado. A falta de orientação técnica e de estímulos externos dificulta a consolidação dessas práticas. Por outro lado, os gestores demonstram disposição para evoluir, reconhecendo que ações sustentáveis podem fortalecer a reputação e melhorar o desempenho operacional. O estudo contribui ao oferecer um retrato da realidade enfrentada por microempresas diante dos desafios da sustentabilidade, além de propor caminhos viáveis para o aprimoramento da gestão. Recomenda-se que pesquisas futuras ampliem a diversidade de setores e regiões contempladas, a fim de enriquecer a análise comparativa, aprofundando o acompanhamento da evolução das práticas ESG em ambientes de menor porte.

Palavras-chave: ESG; Micro e Pequenas Empresas; Sustentabilidade Empresarial; Teoria dos Stakeholders.

1 INTRODUÇÃO

O conceito de ESG (Environmental, Social and Governance) surgiu em 2004, por meio de uma iniciativa do grupo de trabalho do Principles for Responsible Investment (PRI), vinculado à Organização das Nações Unidas (ONU), com o objetivo de incentivar práticas de investimento sustentável e ampliar a análise empresarial para além dos indicadores puramente financeiros (Eccles; Lee; Strohle, 2020). A sigla ESG passou a representar um conjunto de critérios voltados à avaliação do desempenho ambiental, social e de governança das organizações, englobando temas como preservação dos recursos naturais, responsabilidade social, diversidade, ética corporativa, transparência e gestão de riscos (Neves et al., 2023).

Nas micro e pequenas empresas (MPEs), a adoção de práticas ESG pode gerar benefícios como fortalecimento da reputação, atração de investimentos, fidelização de clientes, redução de custos e maior acesso a crédito (Patel, 2023). Moura (2024) reforça que a

consciência ambiental, social e de governança “não é apenas uma questão de moralidade, mas também de rentabilidade e resiliência a longo prazo” (p. 5), o que torna o ESG um diferencial competitivo para negócios de todos os portes.

Nesse contexto, a Teoria dos *Stakeholders*, desenvolvida por Freeman (1984), contribui para expandir a visão da empresa, defendendo que o sucesso organizacional depende da geração de valor não apenas para os acionistas, mas também para colaboradores, clientes, fornecedores, comunidades e governo (Carroll; Shabana, 2010). Tal perspectiva é especialmente relevante para MPEs, que possuem forte inserção comunitária e cujas práticas podem impactar diretamente seus públicos locais (Amorim; Ventura, 2023).

A integração do ESG aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), instituídos pela ONU em 2015 como parte da Agenda 2030, reforça o compromisso empresarial com metas globais que equilibram as dimensões econômica, social e ambiental. Essa integração permite que as empresas utilizem indicadores estratégicos para mensurar e comunicar seus impactos, fortalecendo sua governança e seu posicionamento no mercado. Entretanto, desafios como o *greenwashing* e a falta de padronização dos indicadores ainda limitam a transparência e a efetividade dessas práticas. No contexto brasileiro, a contabilidade gerencial emerge como ferramenta essencial para apoiar a implementação e o monitoramento das práticas ESG, possibilitando a mensuração de impactos e a elaboração de relatórios integrados que favorecem a transparência e a tomada de decisões sustentáveis (Avila, 2024). Dessa forma, pequenas empresas podem alinhar seus objetivos econômicos a estratégias de desenvolvimento sustentável, contribuindo para uma economia mais justa e resiliente.

Diante do crescente reconhecimento da importância das práticas de Environmental, Social and Governance (ESG) para a sustentabilidade empresarial, este estudo propõe-se a investigar **como pequenos negócios podem implementar práticas de ESG?** Considerando os desafios enfrentados por micro e pequenas empresas, como limitação de recursos, ausência de capacitação técnica e baixa formalização, torna-se essencial compreender quais estratégias podem ser adotadas para alinhar suas operações aos princípios ESG, sem comprometer sua competitividade.

Para alcançar esse objetivo, foi realizado um estudo de caso qualitativo em três restaurantes de pequeno porte, localizados nos municípios de Mercedes e Marechal Cândido Rondon, no estado do Paraná. A pesquisa buscou identificar práticas existentes e potenciais nas dimensões ambiental, social e de governança, bem como compreender as percepções dos gestores sobre o tema. A partir da análise das entrevistas e observações, pretende-se contribuir com recomendações práticas que possam apoiar a transição desses negócios para modelos mais sustentáveis e alinhados à Agenda 2030 da ONU.

Este trabalho está estruturado da seguinte forma: após esta introdução, apresenta-se a fundamentação teórica sobre ESG, Teoria dos *Stakeholders* e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; em seguida, são descritos os procedimentos metodológicos adotados; posteriormente, os resultados são discutidos com base nas entrevistas e observações; por fim, são apresentadas as conclusões e sugestões para futuras pesquisas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 ESG: FUNDAMENTOS CONCEITUAIS

O conceito de ESG (Environmental, Social and Governance) surgiu como resposta à necessidade de integrar variáveis ambientais, sociais e de governança nos processos decisórios das empresas. Segundo Eccles, Lee e Strohle (2020), as métricas ESG não apenas funcionam como instrumentos de análise para investidores, mas também moldam o comportamento organizacional, promovendo práticas mais responsáveis e transparentes. Nos últimos anos, o

ESG tem se consolidado como um dos pilares da gestão empresarial moderna. Embora tenha ganhado força entre grandes corporações, sua aplicação também é relevante para micro e pequenas empresas (MPEs), que representam a maior parte dos negócios no Brasil. A adoção de práticas ESG por essas empresas pode contribuir significativamente para sua sustentabilidade e competitividade, além de gerar impactos positivos na sociedade (ROMARO & SERRALVO, 2023). O ESG propõe que as empresas considerem, além do lucro, os impactos ambientais, sociais e de governança de suas atividades. Para as MPEs, isso pode significar ações simples, como economia de energia, gestão adequada de resíduos, valorização dos colaboradores e transparência na administração. Mesmo que modestas, essas práticas têm potencial para fortalecer a imagem da empresa, atrair novos clientes e facilitar o acesso a crédito e parcerias (MELLADO, 2009).

Nesse contexto, a contabilidade gerencial desempenha um papel estratégico ao fornecer dados financeiros e não financeiros que apoiam a tomada de decisões sustentáveis. Ela contribui para mensurar impactos socioambientais e elaborar relatórios mais transparentes, alinhados às práticas ESG. Estudos destacam que a contabilidade ESG fortalece a governança, aumenta a confiança dos *stakeholders* e auxilia no combate ao *greenwashing* (SILVA & PERTILE, 2025; CONTÁBEIS, 2025). O desempenho ESG também aumenta a relevância das informações contábeis, reforçando a importância da contabilidade como ferramenta de comunicação e transparência, inclusive em ambientes com altos níveis de corrupção (BARBOSA & SILVA, 2024). Além disso, empresas com boa saúde financeira e investimentos estruturados em práticas ambientais são mais bem avaliadas por investidores, o que evidencia a importância de integrar a contabilidade gerencial às práticas ESG, inclusive em negócios de menor porte (SILVA; MASCENA, 2024). A contabilidade, portanto, não apenas organiza os dados, mas também os transforma em ativos estratégicos que podem impulsionar a reputação e a credibilidade das empresas junto aos seus públicos de interesse.

Dessa forma, aplicar os princípios do ESG nas micro e pequenas empresas não é apenas viável, mas também estratégico. Com o suporte da contabilidade gerencial, essas empresas podem alinhar seus objetivos econômicos com práticas sustentáveis, promovendo um crescimento mais equilibrado e contribuindo para uma economia mais justa e resiliente. A integração entre ESG e contabilidade permite que as MPEs se posicionem de maneira mais competitiva, mesmo diante de limitações de recursos, e fortalece sua capacidade de adaptação às exigências do mercado e da sociedade. Ao reconhecer o valor das práticas sustentáveis e transparentes, essas empresas não apenas ampliam suas oportunidades de negócio, como também colaboram ativamente para a construção de um ambiente empresarial mais ético, inclusivo e comprometido com o desenvolvimento sustentável (ROMARO & SERRALVO, 2023).

2.1.1 TEORIA DOS *STAKEHOLDERS* E SUA APLICAÇÃO NAS MPES

A Teoria dos *Stakeholders*, originalmente desenvolvida por Freeman (1984), redefine a relação entre empresa e sociedade ao ampliar o foco da gestão empresarial para além dos interesses dos acionistas. De acordo com essa teoria, uma organização é bem-sucedida quando consegue atender simultaneamente aos interesses de múltiplos públicos, como empregados, clientes, fornecedores, comunidade local, governo e meio ambiente. Bazanini et al. (2020) apontam essa abordagem como uma mudança de paradigma na gestão empresarial, ao reconhecer que o desempenho organizacional está diretamente ligado à qualidade das relações com os *stakeholders*. Carroll e Shabana (2010) complementam essa visão ao destacar que a responsabilidade social corporativa, como extensão da teoria dos *stakeholders*, deve ser considerada um fator estratégico. Em vez de enxergar os *stakeholders* como obstáculos, as

empresas devem compreendê-los como parceiros na construção de valor de longo prazo, o que amplia a capacidade de inovação e resiliência organizacional.

Essa teoria se conecta diretamente com o conceito de ESG (Ambiental, Social e Governança), que propõe que as empresas adotem práticas sustentáveis e transparentes em suas operações. Ambas as abordagens defendem que a geração de valor deve beneficiar toda a sociedade, promovendo uma atuação empresarial mais ética e responsável. Bazanini et al. (2020) argumentam que a Teoria dos *Stakeholders* é essencial para a construção de modelos de decisão cocriada, nos quais os interesses de diferentes públicos são considerados de forma integrada. Nas micro e pequenas empresas (MPEs), essa visão é ainda mais relevante, pois essas organizações estão fortemente inseridas nas comunidades onde atuam. A adoção de práticas ESG com foco nos *stakeholders* pode melhorar a reputação, atrair clientes, fortalecer relações com fornecedores e ampliar o impacto positivo no entorno. Santos, Favato & Neumann (2021) destacam que a gestão de *stakeholders* é fundamental para o relato integrado e para a construção de valor sustentável, especialmente em contextos organizacionais mais sensíveis como o das MPEs, onde os vínculos sociais são mais diretos e intensos.

Nesse processo, a contabilidade assume um papel estratégico ao organizar e apresentar informações úteis para todos os envolvidos, como dados sobre impacto ambiental, ações sociais e transparência na gestão. Assim, a contabilidade se torna uma ponte entre a empresa e seus públicos, contribuindo para a construção de confiança e credibilidade. Santos et al. (2021) reforçam que o relato integrado, apoiado pela contabilidade, é uma ferramenta essencial para comunicar o alinhamento da empresa com os interesses dos *stakeholders*, fortalecendo a governança e a reputação institucional. Douglas da Silva Ferreira (2023) destaca que, no Brasil, micro e pequenas empresas que adotam princípios ESG conseguem melhorar sua atratividade e imagem no mercado, mesmo enfrentando limitações de capital. Isso reforça a aplicabilidade da Teoria dos *Stakeholders* no contexto das MPEs, sobretudo ao considerar o papel das relações sociais e do capital reputacional como ativos estratégicos para o crescimento sustentável e a competitividade desses negócios.

2.1.1.1 MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Em fevereiro de 2025, o Brasil registrou um crescimento de 27% na constituição de pequenos negócios em comparação ao mesmo período do ano anterior, conforme levantamento realizado pelo Sebrae com base nos dados do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica da Receita Federal. Foram mais de 433 mil novos empreendimentos, somando Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, que representaram 96,7% do total de registros efetuados no período (FENACON, 2025). As micro e pequenas empresas (MPEs) representam cerca de 99% de todas as empresas existentes no país, exercendo papel essencial na geração e manutenção de empregos, além de impactarem diretamente o desenvolvimento econômico local. Em comparação às grandes corporações, essas empresas apresentam maior flexibilidade e agilidade nos processos de contratação, o que facilita a inserção de profissionais com diferentes perfis e competências, contribuindo para um ambiente de trabalho mais dinâmico e adaptável às demandas regionais (SEBRAE SC, 2023). Além disso, por estarem distribuídas em diversos setores e localidades, as MPEs possuem grande capilaridade e potencial de transformação social, especialmente em comunidades periféricas e regiões menos industrializadas.

Esse protagonismo das MPEs também se estende à promoção do desenvolvimento sustentável, especialmente no contexto da Agenda 2030, criada pela Organização das Nações Unidas (ONU), que estabelece 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) voltados à erradicação da pobreza, proteção ambiental e promoção da prosperidade global. Segundo

Elliot e Martínez (2022), mesmo com recursos limitados, as MPEs têm grande potencial para contribuir com essa agenda por meio de práticas descentralizadas e parcerias locais. A transição energética, um dos grandes desafios do século XXI, também pode contar com a atuação dessas empresas, que ao adotarem tecnologias de geração distribuída, eficiência energética e sistemas de monitoramento, conseguem reduzir custos e aumentar a resiliência operacional (Piórek et al., 2024). Modelos inovadores como as microfranquias energéticas têm possibilitado que empreendedores locais ofereçam soluções de energia limpa em comunidades de baixa renda, promovendo inclusão social e geração de renda. Para a UN DESA (2018), esse modelo contribui simultaneamente para o acesso universal à energia e para o empoderamento econômico de grupos vulneráveis, em especial mulheres empreendedoras, evidenciando o papel estratégico das MPEs na construção de uma economia mais justa e sustentável.

No contexto dos ODS 8 e 12, que tratam respectivamente de trabalho decente e crescimento econômico, e de produção e consumo responsáveis, a adoção de práticas ESG (Ambiental, Social e Governança) pelas MPEs é considerada estratégica. Goni Baldeon, Willi e Johnson (2022) afirmam que a implementação de planos de ação de sustentabilidade em microempresas aumenta sua capacidade de inovação e acesso a novos mercados, fortalecendo sua posição competitiva. A integração de tecnologias digitais da Indústria 4.0 também permite aprimorar a eficiência produtiva e reduzir impactos ambientais, aproximando essas empresas das metas globais de sustentabilidade (Kaminski et al., 2022). Segundo os autores, a adoção de práticas ESG não é apenas um mecanismo de mitigação de riscos, mas uma estratégia que potencializa a criação de valor a longo prazo. No entanto, Elliot e Martínez (2022) alertam que a falta de financiamento, conhecimento técnico e padronização nas métricas ainda representa um obstáculo à implementação efetiva dessas práticas. Para que as MPEs consigam atuar de forma estratégica na Agenda 2030, são necessárias políticas públicas de apoio, programas de capacitação, acesso facilitado a linhas de crédito e parcerias com grandes empresas e organismos multilaterais, criando um ecossistema favorável à inovação e à sustentabilidade (Goni Baldeon; Willi; Johnson, 2022).

3 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza aplicada e com abordagem exploratória. A escolha por essa abordagem justifica-se pela necessidade de compreender, em profundidade, como práticas de Environmental, Social and Governance (ESG) podem ser implementadas em micro e pequenas empresas (MPEs), considerando suas especificidades, limitações operacionais e contextos locais.

A estratégia metodológica adotada foi o estudo de caso múltiplo, com a análise de três restaurantes de pequeno porte localizados nos municípios de Mercedes e Marechal Cândido Rondon, no estado do Paraná. Os critérios de seleção consideraram a acessibilidade aos gestores, a diversidade de perfis dos estabelecimentos e o tempo de funcionamento. Foram selecionados: o Restaurante Zanetti, com 26 anos de atuação (R1); o D’Casa Hotel e Restaurante, com 3 anos de gestão (R2); e o Restaurante Colina, com 10 anos de funcionamento (R3). Essa variedade permitiu observar diferentes estágios de maturidade empresarial e comparar como isso pode influenciar a adoção de práticas sustentáveis.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com os proprietários dos restaurantes, complementadas por observação direta no ambiente de trabalho. As entrevistas foram conduzidas presencialmente, gravadas com consentimento livre e esclarecido dos participantes, e posteriormente transcritas na íntegra para análise. O roteiro das entrevistas foi elaborado com base em blocos temáticos que abordaram: (1) caracterização do negócio, (2) práticas ambientais, (3) aspectos sociais, (4) processos de governança, (5)

percepções sobre ESG e (6) considerações finais. Essa estrutura permitiu flexibilidade nas respostas, favorecendo uma compreensão mais contextualizada da realidade de cada empresa.

Para orientar a coleta e análise das informações, foi utilizado um checklist previamente estruturado com critérios específicos para cada dimensão do ESG. No aspecto ambiental, foram observadas ações relacionadas à economia de água e energia, gestão de resíduos e uso de insumos sustentáveis. Na dimensão social, foram analisadas as condições de trabalho, diversidade da equipe, ações com a comunidade e ambiente organizacional. Na governança, observou-se a estrutura administrativa, os controles financeiros, a transparência nos processos decisórios e a existência de valores institucionais.

A análise dos dados foi conduzida com base na técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2016), que permite a categorização das informações de forma sistemática e criteriosa. Essa técnica foi escolhida por sua capacidade de revelar significados implícitos nas falas dos entrevistados, identificar padrões recorrentes e destacar divergências entre os casos. A triangulação dos dados, combinando entrevistas, observação direta e referencial teórico, foi utilizada como estratégia para aumentar a robustez e a confiabilidade das conclusões, proporcionando uma visão mais ampla e aprofundada das práticas ESG na realidade das micro e pequenas empresas analisadas.

Além disso, buscou-se identificar não apenas as práticas já existentes, mas também as percepções dos gestores sobre a viabilidade e os benefícios da adoção de estratégias sustentáveis. Essa abordagem permitiu compreender o nível de conscientização sobre o tema, os principais entraves enfrentados e as oportunidades de desenvolvimento, contribuindo para a construção de recomendações práticas voltadas ao fortalecimento da sustentabilidade empresarial no segmento estudado.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO NEGÓCIO

Os três restaurantes analisados estão localizados nos municípios de Mercedes e Marechal Cândido Rondon, no estado do Paraná. O tempo de funcionamento varia entre 3 e 26 anos: o Restaurante Zanetti (R1) atua há 26 anos, o Restaurante Colina (R3) há 10 anos, e o D’Casa Hotel e Restaurante (R2) está sob a atual gestão há 3 anos. Essa variação no tempo possibilitou analisar empresas em distintos níveis de maturidade, porém não foram constatadas diferenças relevantes na forma como estruturam suas práticas de ESG.

O número de funcionários é semelhante entre os estabelecimentos, variando entre 10 e 11 colaboradores. O público-alvo também apresenta características comuns, sendo composto majoritariamente por famílias, trabalhadores locais e caminhoneiros, conforme a localização e o perfil de atendimento de cada restaurante. R1 atende principalmente *“familiares e trabalhadores da região”*, enquanto R3 destaca que seu público é formado por *“caminhoneiros, pois se situa na BR, e familiares”*.

Nenhum dos restaurantes havia participado anteriormente de capacitações ou orientações sobre sustentabilidade ou ESG. R1 afirmou: *“Não, não participamos”*, e R3 complementou: *“Não, em nossa gestão não”*. Essa ausência de formação específica reforça a lacuna de conhecimento técnico sobre o tema, o que pode limitar a adoção de práticas mais estruturadas e conscientes.

Apesar disso, os gestores demonstraram interesse em aprender e reconheceram a importância de práticas sustentáveis para a reputação e o desempenho do negócio. A caracterização dos restaurantes evidencia que, mesmo com perfis distintos em termos de tempo de atuação, todos compartilham desafios semelhantes relacionados à gestão, à informalidade e à ausência de planejamento estratégico voltado à sustentabilidade.

4.2 DIMENSÃO AMBIENTAL

Na dimensão ambiental, os três restaurantes analisados demonstram iniciativas relevantes, ainda que incipientes, voltadas à sustentabilidade. Todos realizam a separação de resíduos e utilizam energia solar como fonte de eletricidade, o que representa um esforço inicial para reduzir impactos ambientais e otimizar o consumo energético. Dois dos estabelecimentos relataram possuir cisternas para reaproveitamento da água da chuva, embora um deles ainda não esteja em pleno funcionamento. Essas ações, embora importantes, são descritas de forma espontânea e sem sistematização. Um dos entrevistados afirmou: “Temos somente a placa solar, que ajuda a economizar bastante energia” (R1), enquanto outro comentou: “Temos energia solar e uma cisterna” (R3). Essas falas evidenciam uma abordagem prática e pontual, alinhada ao conceito de sustentabilidade operacional, conforme descrito por Romaro e Serralvo (2023), que é comum em microempresas que associam economia de recursos à redução de custos.

Apesar dos avanços, há lacunas significativas na gestão ambiental desses negócios. Não foram identificadas práticas estruturadas com fornecedores, como a aquisição de produtos orgânicos ou de origem local com responsabilidade ambiental, nem ações voltadas à redução do desperdício de alimentos, um aspecto crítico tanto do ponto de vista econômico quanto ecológico. A ausência dessas práticas reforça a necessidade de ampliar o entendimento sobre a gestão de insumos e sobras, especialmente em empresas do setor alimentício, onde o impacto ambiental pode ser significativo. A falta de planejamento nesse sentido limita o alcance das ações sustentáveis e impede que os restaurantes se alinhem plenamente às metas do ODS 12, que propõe a redução da geração de resíduos por meio da prevenção, reciclagem e reuso, além da promoção de padrões sustentáveis de produção e consumo.

No discurso dos gestores, há uma percepção de reconhecimento por parte da comunidade local quanto aos esforços ambientais realizados, embora essa percepção esteja baseada mais na sensibilidade dos entrevistados do que em mecanismos de avaliação estruturados. Um dos relatos exemplifica essa visão: “Os clientes percebem de forma positiva todo nosso cuidado ambiental” (R1). Essa percepção, ainda que empírica, revela uma postura favorável à sustentabilidade e uma consciência crescente de que tais ações contribuem para fortalecer a reputação e a imagem da empresa, conforme sugere Patel (2023). A valorização da imagem ambiental perante a comunidade pode ser um fator motivador para a ampliação das práticas sustentáveis, especialmente se acompanhada de capacitação técnica e incentivos externos. A incorporação de medidas mais estruturadas, como controle de desperdício, parcerias com fornecedores sustentáveis e comunicação transparente com os clientes, pode potencializar o impacto positivo desses negócios e aproximá-los ainda mais dos objetivos propostos pela Agenda 2030.

4.3 DIMENSÃO SOCIAL

A forma como R2 interpreta a rotatividade revela uma percepção equivocada sobre a rotatividade, tratada como estratégia para evitar monotonia nas funções operacionais: “Temos um ótimo relacionamento entre patrões e funcionários, temos uma grande rotatividade na cozinha para não ficar repetitivo”. No entanto, essa prática, quando recorrente e não acompanhada de políticas estruturadas de gestão de pessoas, pode gerar impactos negativos significativos para o negócio. Segundo Gabriela Morais (2024), a alta rotatividade de funcionários acarreta elevação dos custos operacionais, perda de produtividade, desmotivação da equipe e enfraquecimento da identidade organizacional, especialmente em pequenos negócios, onde o vínculo com a comunidade e a cultura interna são fundamentais para a sustentabilidade.

Esse tipo de instabilidade compromete a formação de uma equipe coesa, dificulta a consolidação de práticas sustentáveis e afeta diretamente a qualidade dos serviços prestados. Em ambientes como restaurantes, onde o atendimento, a agilidade e a consistência na entrega são essenciais, a rotatividade elevada pode prejudicar a experiência do cliente, gerar descontinuidade nos processos internos e enfraquecer a reputação do negócio perante o público. Além disso, a ausência de continuidade nas relações de trabalho dificulta o desenvolvimento de competências, a retenção de talentos e a construção de vínculos profissionais duradouros, elementos fundamentais para uma cultura organizacional sólida.

Essa visão de que a rotatividade evita a repetição demonstra imaturidade gerencial e um possível desalinhamento com os princípios da dimensão social do ESG, que valorizam a estabilidade, o desenvolvimento humano e a valorização dos colaboradores. A falta de estratégias voltadas à retenção e ao crescimento profissional da equipe indica uma lacuna na gestão de pessoas, que pode comprometer não apenas o desempenho interno, mas também o impacto social do negócio. Nesse contexto, destaca-se a relevância do ODS 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico, que propõe a promoção de ambientes de trabalho inclusivos, seguros e produtivos, com oportunidades de capacitação e desenvolvimento profissional. A adoção de práticas como treinamentos contínuos, reconhecimento por desempenho, planos de carreira e melhoria nas condições de trabalho pode contribuir para a redução da rotatividade e para o fortalecimento da cultura organizacional, alinhando o negócio às metas da Agenda 2030.

4.4 DIMENSÃO DE GOVERNANÇA

Nos três restaurantes entrevistados, a governança é fortemente centralizada nos proprietários, sem processos participativos ou estruturas de gestão compartilhada. R2 afirmou: “Eu e meu esposo tomamos as decisões estratégicas”, enquanto R3 relatou: “Eu e minha esposa que somos os proprietários, quem tomamos as decisões estratégicas”. R1 complementa: “São tomadas em conjunto com toda a direção do restaurante”, embora não tenha especificado se há envolvimento de outros colaboradores. Essa centralização se estende a atividades operacionais como compras, pagamentos, recebimentos e organização de documentos contábeis, o que pode comprometer a agilidade e a capacidade de inovação dos negócios. A ausência de práticas como delegação de responsabilidades, definição de metas e acompanhamento de indicadores revela uma gestão voltada à rotina operacional, com pouca atenção ao planejamento estratégico.

Embora todos os estabelecimentos contem com serviços contábeis terceirizados, a contabilidade é utilizada apenas para cumprimento de obrigações fiscais. R1 afirmou: “Temos um contador que registra todo o controle”, sem detalhar o uso dessas informações para a tomada de decisão. Nenhum dos entrevistados mencionou práticas como elaboração de orçamento, controle de fluxo de caixa ou análise de desempenho, o que indica uma subutilização da contabilidade como ferramenta de gestão. Além disso, não foi possível verificar a preocupação com o cumprimento rigoroso das normas fiscais, como a emissão de notas fiscais em todas as transações, nem com o princípio da entidade, que preconiza a separação entre finanças pessoais e empresariais, uma prática frequentemente negligenciada em pequenos negócios e que pode gerar riscos legais e financeiros.

Dois restaurantes citaram valores institucionais de forma informal. R1 destacou: “Ética, qualidade e respeito”, enquanto R3 mencionou: “Prezamos por excelência no atendimento e respeito aos clientes e colaboradores”. R2, por sua vez, afirmou: “No momento não temos nenhum definido, mas prezamos por missão, valor e visão”. A ausência de formalização desses valores demonstra que o foco principal está na operação diária, em detrimento do planejamento de curto e longo prazo, o que pode representar uma ameaça à continuidade do negócio. Embora não haja um ODS diretamente voltado à governança empresarial, o ODS 16 - Paz, Justiça e

Instituições Eficazes propõe o fortalecimento de instituições e a promoção da transparência, o que pode ser interpretado como incentivo à adoção de práticas de gestão mais estruturadas, éticas e responsáveis, mesmo em micro e pequenas empresas.

4.5 PERCEPÇÕES SOBRE ESG

Antes da pesquisa, nenhum dos entrevistados conhecia o conceito de ESG. R1 afirmou: *“Nunca tinha ouvido falar sobre ESG, imagino que tenha a ver com sustentabilidade”*. Após a explicação, todos demonstraram interesse e passaram a associar o tema à economia, responsabilidade e melhoria da imagem do negócio. R3 afirmou: *“Entendi que ESG envolve cuidados com o meio ambiente, responsabilidade social e uma boa gestão”*, enquanto R2 destacou: *“Acredito que pode ajudar na transparência e qualificação”*.

Os gestores reconheceram o potencial das práticas sustentáveis para fidelizar clientes, reduzir desperdícios e melhorar a reputação. R1 apontou: *“Acredito que pode ajudar na redução dos custos”*, e R3 complementou: *“Acredito que isso ajuda a melhorar a imagem do restaurante, atrai mais clientes e até reduz custos no dia a dia”*.

Quando questionados sobre ações sustentáveis viáveis no curto prazo, os entrevistados mencionaram a redução do desperdício e o aumento da reciclagem. R1 sugeriu: *“Reduzir mais o desperdício”*, enquanto R2 afirmou: *“Reciclar mais o lixo descartável”*.

Todos demonstraram interesse em receber apoio técnico e capacitação. R3 destacou: *“Gostaria de receber apoio para implementar práticas sustentáveis de forma viável e econômica no dia a dia do nosso restaurante”*.

Esses achados confirmam a análise de Moura (2024), que ressalta que a consciência ambiental, social e de governança não é apenas uma questão moral, mas também uma estratégia de rentabilidade e resiliência a longo prazo. Ainda que de forma inicial, os gestores demonstraram interesse em aprender mais sobre o tema e em aplicar práticas sustentáveis adaptadas à realidade de seus negócios.

Essa abertura indica uma oportunidade de desenvolvimento para o setor, especialmente se houver capacitação técnica e incentivos públicos, conforme defendem Goni-Baldeon, Willi e Johnson (2022), que identificam o apoio institucional como fator essencial para que microempresas consigam alinhar suas operações aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

4.6 SÍNTESE GERAL DOS RESULTADOS

Os três restaurantes analisados apresentam práticas pontuais nas dimensões ambiental, social e de governança, sem integração entre elas. As ações são baseadas na experiência dos proprietários e não resultam de planejamento estratégico sustentável. Na dimensão ambiental, há iniciativas como separação de resíduos e uso de energia solar, mas não foram identificadas ações com fornecedores ou controle sobre desperdício de alimentos, aspectos essenciais para um restaurante ambientalmente responsável. Segundo o portal Menu Control, espera-se que estabelecimentos adotem práticas como economia de recursos naturais, gestão eficiente de resíduos e parcerias com produtores locais. A percepção dos gestores de que a comunidade valoriza essas ações é positiva, mas subjetiva, pois não há mecanismos de avaliação ou comunicação estruturada. Isso demonstra uma desconexão com a Teoria dos *Stakeholders*, que propõe que o valor gerado pela empresa deve beneficiar todos os públicos, incluindo o meio ambiente e a comunidade.

Na dimensão social, o ambiente de trabalho é descrito como respeitoso, porém informal. Apenas um restaurante oferece bonificações e nenhum realiza ações contínuas com a comunidade ou adquire insumos da agricultura familiar. A informalidade pode limitar o

impacto das ações sobre os colaboradores e comprometer a retenção de talentos. De acordo com o Observatório do Terceiro Setor, a comunidade espera que empresas atuem com responsabilidade social, promovendo inclusão, apoio a grupos vulneráveis e geração de valor local. A ausência dessas práticas nos restaurantes analisados revela um desalinhamento com essas expectativas e com os princípios da Teoria dos *Stakeholders*, que reconhece a comunidade como parte essencial da rede de interesse da empresa. A governança, por sua vez, é centralizada nos proprietários, que acumulam funções operacionais. A contabilidade é usada apenas para fins fiscais, sem apoio à gestão. Não há orçamento, planejamento estratégico ou formalização de missão e valores, o que pode comprometer a continuidade dos negócios. Segundo o Sebrae, o governo espera que microempresas adotem práticas mínimas de governança, como definição de missão, elaboração de código de conduta e planejamento de médio e longo prazo.

Apesar das limitações, os gestores demonstraram interesse em aprender e aplicar práticas ESG. O Sebrae oferece programas como o curso “ESG para Pequenas Empresas”, com conteúdo voltado à integração da sustentabilidade na gestão empresarial. Além disso, o Selo ESG Sebrae permite que microempresas realizem diagnósticos de maturidade e recebam orientações práticas para avançar em cada dimensão sebrae.com.br. A comparação entre os restaurantes indica que o tempo de funcionamento não garante maior maturidade nessas práticas. A adoção de ESG é viável, desde que acompanhada por capacitação, incentivos e apoio institucional, elementos que fortalecem a conexão entre empresa e sociedade, conforme propõe a Teoria dos *Stakeholders*.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar a aplicabilidade das práticas de ESG em micro e pequenas empresas do setor alimentício, à luz da Teoria dos *Stakeholders*. A partir da análise de três restaurantes localizados no interior do Paraná, foi possível identificar que as práticas ambientais, sociais e de governança estão presentes de forma incipiente e majoritariamente informal.

Na dimensão ambiental, observou-se a adoção de medidas como separação de resíduos e uso de energia solar, mas sem ações estruturadas com fornecedores ou estratégias para redução do desperdício. Na dimensão social, os gestores demonstram preocupação com o bem-estar dos colaboradores, mas não desenvolvem ações com a comunidade ou com pequenos produtores locais. Já na governança, a centralização das decisões e a ausência de planejamento estratégico evidenciam fragilidades que podem comprometer a sustentabilidade dos negócios.

A comparação entre os restaurantes com diferentes tempos de funcionamento 3, 10 e 26 anos não revelou diferenças significativas nas práticas adotadas, o que sugere que a maturidade empresarial, por si só, não garante maior estruturação das ações sustentáveis. O restaurante com 3 anos de gestão (R2) apresentou iniciativas e desafios semelhantes aos dos demais, indicando que fatores como acesso à informação, capacitação e apoio institucional são mais relevantes do que o tempo de atuação isoladamente.

O estudo atingiu seu objetivo ao identificar práticas existentes e potenciais de ESG em pequenos negócios, revelando que, apesar das limitações, há uma postura favorável e interesse dos gestores em aprimorar suas práticas. A implementação gradual de políticas e indicadores sustentáveis, aliados a programas de capacitação e incentivos públicos, pode representar um caminho viável para o fortalecimento da sustentabilidade e da competitividade das micro e pequenas empresas do setor alimentício.

Além disso, a análise evidenciou que, embora os gestores demonstrem sensibilidade e interesse em aprimorar suas práticas, ainda há uma lacuna significativa entre a percepção e a implementação efetiva do ESG. A ausência de planejamento estratégico, de ações estruturadas

com fornecedores e de políticas sociais contínuas indica que essas empresas operam com foco predominantemente operacional, o que pode limitar seu potencial de crescimento sustentável.

Portanto, conclui-se que a implementação de práticas ESG em pequenos negócios é viável, mas requer suporte técnico, políticas públicas de incentivo e uma mudança cultural que valorize a sustentabilidade como estratégia de negócio. A contabilidade gerencial, nesse contexto, surge como ferramenta essencial para mensurar impactos, apoiar decisões e comunicar resultados de forma transparente aos *stakeholders*.

Este artigo contribui para a literatura ao oferecer um retrato empírico da realidade de microempresas do setor alimentício no interior do Paraná, e reforça a importância de políticas integradas que promovam o desenvolvimento sustentável em todos os níveis empresariais. Para pesquisas futuras, sugere-se a ampliação da amostra e a inclusão de outros setores econômicos, bem como a análise longitudinal da evolução das práticas ESG em pequenos negócios.

Como limitação, destaca-se o número reduzido de casos analisados e o recorte geográfico restrito ao interior do Paraná, o que pode limitar a generalização dos resultados. Para pesquisas futuras, recomenda-se ampliar a amostra, incluir diferentes setores econômicos e realizar estudos longitudinais que acompanhem a evolução das práticas ESG ao longo do tempo.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SEBRAE DE NOTÍCIAS. Pequenos negócios já podem conquistar o **Selo ESG** Sebrae gratuitamente. Disponível em: <<https://agenciasebrae.com.br/inovacao-e-tecnologia/pequenos-negocios-ja-podem-conquistar-o-selo-esg-sebrae-gratuitamente>>.

ÁVILA, G.; BORGES, F. A. P.; VENDRUSCOLO, M. Gestão sustentável e responsabilidade social nas universidades: análise da contabilidade à luz dos objetivos de desenvolvimento sustentável. **Boletim De Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 20, n. 58, p. 301-329, 2024.

BARBOSA, J. B.; SILVA, L. J. Influência da estrutura de propriedade nos relatórios de sustentabilidade e nos níveis de evidenciação informacional do relato integrado nas empresas da B3. **REUNIR: Revista de Administração**, Contabilidade e Sustentabilidade, v. 13, n. 3, p. 153-168, 2023.

BAZANINI, R.; ADRA, R. D.; RUBEO, R. E.; LANIX, T. F. C.; BARBOSA, C. P. A teoria dos stakeholders nas diferentes perspectivas: controvérsias, conveniências e críticas. **Pensamento & Realidade**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 43-58, maio/ago. 2020. DOI: 10.23925/2237-4418.2020v35i2p43-58.

CARROLL, A. B.; SHABANA, K. M. The Business Case for Corporate Social Responsibility: A Review of Concepts, Research and Practice. **International Journal of Management Reviews**, Oxford, v. 12, n. 1, p. 85-105, 2010.

ECCLES, R. G.; LEE, L. E; STROEHLE, J. C. The social origins of ESG: An analysis of Innovest and KLD. **Organization & Environment**, v. 33, n. 4, p. 575-596, 2020.

ELLIOT, L.; MARTÍNEZ, C. SMEs engagement with the Sustainable Development Goals: A power perspective. **Journal of Business Research**, v. 149, p. 112-122, 2022.

FERREIRA, D. da S. **Desempenho ESG e eficiência do capital intelectual**: análise nas empresas brasileiras à luz da teoria dos stakeholders. 2023. 64 f. Dissertação (Mestrado em Administração e Controladoria) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2023.

FERREIRA, L. M. M.; SOUSA, I. G. B. de. Percepções dos stakeholders sobre as ações de ESG: um estudo no ramo farmacêutico. *In: Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente*, 24., 2022, São Paulo. **Anais [...]**, São Paulo, 2022. p. 1-15. Disponível em: <<https://engemausp.submissao.com.br/24/anais/arquivos/539.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2025.

GONI BALDEON, F.; WILLI, J.; JOHNSON, L. Strategies to improve sustainability: an analysis of 120 microenterprises in an emerging economy. **Global Sustainability**, v. 5, e3, 2022.

ISMAIL, A. M.; LATIFF, I. H. M. Board diversity and corporate sustainability practices: Evidence on environmental, social and governance (ESG) reporting. **International Journal of Financial Research**, v. 10, n. 3, p. 31–45, 2019. DOI: 10.5430/ijfr.v10n3p31.

JIMÉNEZ, E.; DE LA CUESTA GONZÁLEZ, M.; BORONAT NAVARRO, M. How Small and Medium Sized Enterprises Can Uptake the Sustainable Development Goals through a Cluster Management Organization: A Case Study. **Sustainability**, v. 13, n. 11, art. 5939, 2021. DOI: 10.3390/su13115939.

KAMINSKI, P. et al. Facing Environmental Goals for Energy Efficiency Improvements in Micro and Small Enterprises Operating in the Age of Industry 4.0. **Energies**, v. 15, n. 18, 2022.

LIU, E. X.; SONG, Y. ESG Performance, Environmental Uncertainty, and Firm Risk. **Journal of International Financial Management & Accounting**, v. 36, 2025. DOI: 10.1111/jifm.12227.

MARQUES, L. S.; PERTILE, L. C. Estudo da contabilidade ambiental, social e de governança (ESG) e sua aplicação nas empresas brasileiras. **Revista FT**, São Paulo, fev. 2025. DOI: 10.69849/revistaft/fa10202502271444.

MAURER, Â. M.; SILVA, T. N. da. As micro e pequenas empresas socialmente responsáveis: uma aproximação entre a teoria dos stakeholders e o capital social. **Gestão.Org – Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, Recife, v. 10, n. 2, p. 369–394, maio/ago. 2012.

MENU CONTROL. **Sustentabilidade em restaurantes**. Disponível em: <<https://www.menucontrol.com.br/sustentabilidade-em-restaurantes/>>. Acesso em: 23 out. 2025.

MORAIS, Gabriela. **5 impactos negativos da alta rotatividade**. Disponível em: <<https://www.potenciale.com.br/post/5-impactos-negativos-da-alta-rotatividade>>. Acesso em: 23 out. 2025.

NEVES, M.; FREIRE, P. ESG and Stakeholder Engagement: Guidelines for Sustainable Organizational Development. *In: Environmental, Social, Governance and Digital Transformation in Organizations*. Cham (Suíça): Springer, 2025. p. 151-175. DOI: 10.1007/978-3-031-86079-9_7.

OBSERVATÓRIO DO TERCEIRO SETOR. Responsabilidade social empresarial: da inspiração à ação. Disponível em: <<https://observatorio3setor.org.br/responsabilidade-social-empresarial-da-inspiracao-a-acao/>>.

OLIVAN, F. Brasil registra abertura de 433 mil pequenos negócios em fevereiro. **Fenacon**, Brasília, 13 mar. 2025. Disponível em: <<https://www.fenacon.org.br/noticias/brasil-registra-abertura-de-433-mil-pequenos-negocios-em-fevereiro/>>. Acesso em: 19 out. 2025.

PATEL, N. ESG: O que é, importância e como aplicar nas empresas. **Neil Patel**, 2023. Disponível em: <<https://neilpatel.com/br/blog/esg/>>. Acesso em: 19 out. 2025.

PHD GESTÃO SUSTENTÁVEL. Sustentabilidade começa nas pessoas: gestão de pessoas como pilar estratégico. **LinkedIn**, 2023. Disponível em: <<https://www.linkedin.com/pulse/sustentabilidade-come%C3%A7a-nas-pessoas-gest%C3%A3o-de-como-pilar-phd--qhpu/>>.

PIÓREK, P. et al. Involving Micro and Small Enterprises in the Energy Transition: Evidence from Poland. **Energies**, v. 17, n. 4, p. 847, 2024.

RASOOL, N. et al. Unveiling the relationship between ESG and growth of unlisted firms: Empirical insights from Eastern Europe and Central Asia. **Business Strategy and the Environment**, v. 34, n. 5, p. 5669-5686, 2025. DOI: 10.1002/bse.4257.

ROCHA, J. F.; FERREIRA, D. da S.; SANTOS, J. G. C. dos. Múltipla evidenciação de gastos ambientais por empresas potencialmente poluidoras: existe alinhamento? **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 6, p. 56195-56218, 2021. DOI: 10.34117/bjdv7n6-162.

ROMARO, P.; SERRALVO, F. A. A importância dos fundamentos do ESG para as organizações: reflexos na agenda de pesquisa. **Revista Administração em Diálogo – RAD**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 1-6, maio/ago. 2023.

SALOMÃO, C. Como os ODS da ONU entram na agenda ESG das empresas. **Integridade ESG**, 27 jul. 2022. Disponível em: <<https://integridadeesg.insightnet.com.br/os-ods-e-a-agenda-esg-das-empresas/>>. Acesso em: 19 out. 2025.

SANTOS, A. C. dos; FAVATO, K. J.; NEUMANN, M. Relato integrado e gestão de stakeholders: agenda de pesquisas. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 32, n. 87, p. 429-443, set./dez. 2021.

SEBRAE. ESG para pequenas empresas. Disponível em: <<https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/cursosonline/esg-para-pequenas-empresas,591bc39816483810VgnVCM100000d701210aRCRD>>.

SEBRAE. Importância da governança para micro e pequenas empresas. Disponível em: <<https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/importancia-da-governanca-para-micro-e-pequenas-empresas,4e34d6b90ed24810VgnVCM100000d701210aRCRD>>.

SEBRAE SC. Qual o papel das pequenas empresas na economia brasileira?. **Blog Sebrae SC**, Florianópolis, 2 out. 2023. Disponível em: <<https://sebrae.sc/blog/qual-o-papel-das-pequenas-empresas-na-economia-brasileira/>>.

SILVA, F. É. da; MASCENA, K. M. C. de. The relationship between ESG and financial performance in Brazilian companies. **Revista de Administração da UFSM**, Santa Maria, v. 17, n. 4, e3, 2024.

ZHANG, X.; JIANG, Q.; CIFUENTES-FAURA, J.; HU, X.; LI, Y. Do tax incentives matter in promoting corporate ESG performance toward sustainable development?. **Business Strategy and the Environment**, v. 34, n. 1, p. 57-69, jan. 2025. DOI: 10.1002/bse.3966.

APÊNDICE

Este roteiro foi elaborado pelas autoras da pesquisa com o objetivo de orientar a coleta de dados junto aos proprietários de micro e pequenas empresas do setor alimentício. A estrutura das perguntas foi organizada em blocos temáticos, alinhados às dimensões do ESG (Environmental, Social and Governance), permitindo uma abordagem flexível e aprofundada sobre as práticas existentes, percepções e desafios enfrentados pelos gestores.

As entrevistas foram realizadas de forma presencial, com consentimento livre e esclarecido dos participantes, e tiveram como foco compreender a realidade operacional dos restaurantes, suas ações espontâneas relacionadas à sustentabilidade e o nível de conhecimento sobre o conceito de ESG.

Bloco Temático 1 - Caracterização do Negócio

(Objetivo: contextualizar o restaurante e seu funcionamento)

Há quanto tempo o restaurante está em funcionamento?

Quantos funcionários trabalham atualmente no restaurante?

Qual é o público-alvo principal do restaurante?

A empresa já participou de alguma capacitação ou orientação sobre sustentabilidade ou ESG?

Bloco Temático 2 - Dimensão Ambiental (Environmental)

(Objetivo: identificar práticas ambientais atuais e percepções)

Como é feita a gestão dos resíduos gerados no restaurante (orgânicos, recicláveis, óleo, etc.)?

Há alguma prática para economizar energia ou água? Poderia descrever?

Existe alguma iniciativa de reaproveitamento de alimentos ou doações?

Quais são os principais desafios para implementar práticas ambientais no dia a dia?

Na sua visão, como os clientes e a comunidade em que está inserida observam a dimensão Ambiental do seu negócio?

Bloco Temático 3 - Dimensão Social (Social)

(Objetivo: compreender as relações com colaboradores, comunidade e clientes)

Como é o relacionamento com os funcionários? Há ações voltadas ao bem-estar ou capacitação deles?

O restaurante realiza ou já realizou ações sociais com a comunidade local?

Há preocupação em manter um ambiente de trabalho inclusivo e respeitoso?

Como os clientes percebem o engajamento social do restaurante (se houver)?

Bloco Temático 4 - Dimensão de Governança (Governance)

(Objetivo: explorar ética, gestão e transparência nos processos)

Como são tomadas as decisões estratégicas do restaurante? Existe algum processo participativo?

A empresa possui algum tipo de controle ou registro contábil/financeiro que apoie a gestão?

Há preocupação com transparência nas relações com fornecedores e clientes?
Existe algum código de conduta ou valores institucionais definidos?
Na sua opinião, qual a percepção que os clientes, fornecedores e a comunidade tem sobre o negócio?

Bloco Temático 5 - Percepções sobre ESG

(Objetivo: investigar o conhecimento, interesse e aplicabilidade do ESG no contexto da empresa)

Você já ouviu falar em ESG antes desta pesquisa? O que entende sobre o tema?

Acredita que práticas de ESG podem trazer benefícios ao restaurante? Quais?

Quais ações sustentáveis considera viáveis de serem implementadas no curto prazo?

O que mais gostaria de aprender ou receber apoio para melhorar a sustentabilidade do restaurante?

Bloco Temático 6 - Considerações Finais

(Objetivo: registrar contribuições espontâneas e encerrar com ética)

Gostaria de comentar algo que não foi perguntado, mas considera importante?

Como avalia a participação nesta pesquisa?

Teria interesse em continuar acompanhando os resultados ou receber recomendações práticas?